

Bancada do PDT quer

Líder Nadyr Rossetti espera apoio no Co

POLÍTICA

votar Constituinte em 86

gresso para antecipar a eleição do presidente

A votação em segundo turno da emenda constitucional que convoca a Constituinte, prevista no Congresso Nacional para depois das eleições municipais de 15 de novembro, será obstruída pela bancada do PDT na Câmara, interessada em deixar sua aprovação apenas para março de 1986, quando o partido vai tentar instituir outra emenda, antecipando o próximo ano a eleição do sucessor do presidente Sarney.

O líder do PDT na Câmara, deputado Nadyr Rossetti, espera que a Constituinte não seja aprovada este ano porque o Congresso terá, na prática, apenas duas semanas para tentar um consenso entre os partidos em da matéria: entre 20 de novembro e o recesso parlamentar que começa em 5 de dezembro.

Admite Rossetti que o adiamento "será muito útil ao PDT" porque o partido do governador Leonel Brizola ganharia tempo para



buscar apoio gresso à antecipação da eleição presidencial e, sobretudo, porque os pedetistas esperam que um novo quadro partidário surja depois das eleições de novembro.

Como esperam vencer no Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba e contam com o sucesso de Jânio Quadros em São Paulo pelo PTB, os pedetistas acreditam que podem fortalecer sua bancada parlamentar no próximo ano com a adesão de deputados e senadores de outros partidos.

ANC 88
Pasta 10/85-2
140/1985

Fragelli crê na aprovação

Os presidentes do Senado, José Fragelli, e da Câmara, Ulysses Guimarães, se reunirão amanhã com os líderes dos partidos políticos para fixar a data da votação, em segundo turno, da emenda de convocação da Constituinte e da Reforma Tributária de emergência.

O senador José Fragelli disse ontem que as votações deverão ser realizadas depois do dia 20 de novembro, após o resultado das eleições municipais.

O senador considera difícil fazer um novo esforço concentrado de parlamentares antes das eleições, principalmente neste período em que a campanha está na reta final.

Fragelli acredita que o segundo turno das duas emendas — convocação da Constituinte e Reforma Tributária — será aprovado com tranquilidade, uma vez que a matéria mais polêmica — concessão da anistia dos militares cassados — já foi votada na semana passada.

DENÚNCIA

Os juristas reunidos em Vitória para o VI Congresso Brasileiro de Direito Constitucionalista divulgaram uma carta à nação denunciando que a aprovação da emenda da convocação da constituinte acarretará

uma grave crise de representatividade nacional, que terá reflexos desestabilizadores no quadro político do País.

Na Carta de Vitória os constitucionalistas ressaltam que a Assembléia Nacional Constituinte só representará o povo se for eleita com a tarefa exclusiva de elaborar a Constituição. E alerta que o funcionamento de um Congresso com poderes constituintes atende tão-só aos interesses dos atuais congressistas ou daqueles que guardam a convicção de que serão eleitos congressistas, acrescenta a carta.

Os constitucionalistas advertem que para o atual Congresso brasileiro a história reservou uma única tarefa pré-constituinte: a remoção do entulho autoritário, a preparação livre e soberana.

Os juristas finalizam a mensagem dizendo o seguinte: "Ao encerrar-se o VI Congresso Brasileiro do Direito Constitucional, o Instituto Brasileiro de Direito Constitucional proclama que a nação exige transformações mais profundas que a mera troca de senhores; e adverte que no bojo dos interesses de corpo, se alinham os mais temíveis inimigos públicos".